



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.810, DE 2023

(Do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para ampliar e garantir o direito à liberdade de expressão da classe artística, em destaque aos comediantes e humoristas.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3504/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

PROJETO DE LEI Nº DE 2023.
(DO SR. PAULO BILYNSKYJ)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para ampliar e garantir o direito à liberdade de expressão da classe artística, em destaque aos comediantes e humoristas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei tem como finalidade facilitar, ampliar, garantir e promover a liberdade de expressão da classe artística, com destaque para os comediantes e humoristas, por meio da inclusão da liberdade de expressão na lista de condutas não consideradas como atos ilícitos.

Art. 2º. O art. 12, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido dos parágrafos §2º e §3º, com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único:

“Art. 12

§1º Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

§2º Não constitui ato ilícito o exercício do direito de liberdade de expressão e crítica pela classe artística, especialmente os comediantes e humoristas, sejam





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

estes criadores, reprodutores ou adaptadores, autônomos ou representantes de veículo de comunicação de qualquer espécie.

§3º É legítima a crítica, ainda que veemente, mordaz, irônica ou sarcástica, inclusive mediante utilização de adjetivos, desde que não se configure:

I - Crime de calúnia, disposto no art. 138 do Código Penal;

II - Crime de difamação, disposto no art. 139 do Código Penal; e

III - Crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou de pessoa com deficiência, disposto no art. 140, § 3º do Código Penal.”
(NR).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem como objetivo assegurar a plena garantia da liberdade de expressão e crítica aos cidadãos brasileiros, com ênfase nos membros da classe artística, notadamente os comediantes e humoristas. Propõe-se alcançar esse objetivo por meio da alteração da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, buscando estabelecer um arcabouço legal que promova a liberdade de expressão e salvguarde o direito à crítica construtiva em conformidade com os princípios constitucionais e assegure a proteção dos artistas em seu exercício profissional.

Tendo como finalidade ainda, cessar, ou ao menos contribuir, as controvérsias acerca dos limites da liberdade de expressão, proporcionando maior segurança jurídica à sociedade. Vale destacar, que a liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado pelo art. 5º, IV e art. 220 da Constituição Federal de 1998.

Em momentos como este, em que o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a retirada do especial de comédia "Perturbador", do humorista Leo Lins, do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Youtube, fica clara a instabilidade que vive a liberdade de expressão na sociedade brasileira. No entanto, mesmo que quaisquer processos eventualmente movidos contra meios de comunicação ou cidadãos que tenham expressado suas opiniões sejam rejeitados em última instância, é inegável que o simples ato de iniciar ações indenizatórias possui um efeito dissuasório e intimidador, exercendo pressão sobre outros indivíduos que talvez tivessem interesse em expressar suas opiniões.

A censura, em suas diversas formas, impõe sérios prejuízos à sociedade e à democracia. Ao restringir ou proibir a livre expressão de ideias, opiniões e informações, a censura limita o pluralismo de pensamento, a diversidade de perspectivas e o livre debate de ideias, elementos fundamentais para o progresso social e o desenvolvimento de uma sociedade aberta e democrática. Além disso, a censura pode contribuir para o fortalecimento de governos autoritários e regimes opressivos, uma vez que silencia vozes críticas e impede a exposição de abusos de poder. Portanto, a defesa da liberdade de expressão é essencial para a garantia dos direitos individuais, a promoção do pluralismo e o fortalecimento da democracia.

Antecipa-se, por conseguinte, que tal proposta venha a fortificar a garantia da liberdade de expressão no território nacional, fomentando, assim, o aprimoramento das entidades públicas. Assim, o projeto mostra-se necessário para garantir a liberdade e a integridade da população brasileira e dos profissionais da classe artística, para além de sua integridade física e moral.

Em razão disso, solicito apoio dos nobres pares para esse projeto de lei, a fim de garantirmos maior liberdade de expressão à sociedade.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2023.

DEPUTADO PAULO BILYNSKYJ
(PL/SP)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 Art. 12	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002-0110;10406
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 Art. 138, 139, 140	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-12-07;2848

FIM DO DOCUMENTO